



21/02/2017 - 10h43 - Sinttel-ES

A pendenga continua: Telemont cumpre agora ou não cumpre a CCT 2015/2016?

CCT 2015/2016: agora a bola está com o presidente do TRT-ES

Em mais uma etapa, da longa batalha que dura a tramitação da Ação de Cumprimento da CCT 2015/2016 contra a Telemont, agora a decisão se a empresa deve cumprir IMEDIATAMENTE A LIMINAR que foi dada pelo juízo da 8ª Vara do Trabalho lá no início do processo em 2015, fica por conta do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES), o desembargador Mário Ribeiro Cantarino Neto.

O relator do Recurso Ordinário – proposto pela Telemont e julgado no dia 31/01 – desembargador Gerson Silveira de Moraes, a quem o Sinttel pediu que definisse logo o cumprimento dessa liminar, passou a bola para o presidente do Tribunal, se dizendo impedido de julgar tal recurso do Sinttel-ES.

Ou seja, há uma liminar do Juiz da 8ª Vara do Trabalho de Vitória, Ney A. Pinemta Filho, mandando a Telemont pagar os pisos salariais e reajustes nos benefícios da CCT 2015/2016 e uma decisão da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho, que rejeitou todos os argumentos da empresa, porém, quem vai decidir se a empresa paga agora é o presidente do TRT.

Segundo os argumentos do Relator que analisou o pedido de mandado de cumprimento do Sinttel-ES: “Por força do Regimento Interno deste Egré-

gio Regional, a execução das decisões adotadas pelo Tribunal, através do Pleno ou de suas Turmas, é de competência do Presidente da Corte:

Art. 42. Compete ao Presidente do Tribunal:

VI – presidir a audiência pública de distribuição dos feitos, despachar os processos e papéis que lhe forem submetidos no expediente da Presidência do Tribunal e determinar

a expedição de carta de sentença;

XI – executar e fazer cumprir as suas próprias decisões, as do Tribunal e as dos Tribunais

Superiores, determinando aos Juízes de primeiro grau a realização dos atos processuais

e as diligências que se fizerem necessárias;”.

A direção do Sinttel e o seu departamento jurídico têm total confiança na Justiça do Trabalho e espera que a decisão do presidente do Tribunal seja tomada o mais rápido possível e que os cerca de 800 trabalhadores/as da Telemont possam ter sanados os prejuízos que a empresa vem causando há quase dois anos.

21/02/2017 - Insituto Telecom

Nossa Opinião - Satélite brasileiro entregue de bandeja

No dia 21 de março o Brasil lançará o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. O Sistema SGDC é um projeto estratégico nacional desenvolvido pela Telebrás, juntamente com os Ministérios das Comunicações, da Defesa e da Ciência e Tecnologia, dentro de uma visão pública de contribuir no enfrentamento da desigualdade social e promover a inclusão digital no Brasil.

Atualmente, os 50 satélites que prestam serviço no Brasil ou são controlados por estações que estão fora do país ou estão nas mãos de empresas com capital estrangeiro. O atual governo federal, do golpista Michel Temer, quer entregar 80% da capacidade desse sistema à iniciativa privada.

O projeto inicial do SGDC previa:

1) Levar banda larga às regiões mais carentes que são precariamente ou não são atendidas por redes terrestres. Hoje existem cerca de dois mil municípios distantes e isolados.

2) Permitiria a conexão em alta velocidade nas escolas rurais e escolas da periferia das grandes e médias cidades.

3) Garantiria a interligação dos postos de saúde, hospitais e outras unidades de saúde pública em locais que não disponham de redes terrestre.

4) Fortaleceria os mecanismos de aplicação de internet das coisas, como cidade inteligente.

Foram investidos R\$ 2 bilhões. No contrato do satélite há uma ênfase em relação à transferência de tecnologia. A Telebrás qualificou muitos de seus engenheiros e técnicos nesse processo. O segundo satélite dessa geração seria construído em território brasileiro.

Com o golpe que derrubou o governo legítimo de Dilma Rousseff, foi suspenso o processo de compra dos equipamentos que interligam o satélite à rede terrestre de comunicações e dos terminais que ficam nas casas dos futuros usuários. No dia 21 de março, ao ser lançado, não teremos toda a rede de comunicação de satélite, o que significa enorme prejuízo para todos nós.

Em movimentos rápidos do MCTIC, o governo golpista quer entregar a exploração do satélite ao mercado, o que comprometerá o atendimento de áreas geográficas com problemas de acesso à banda larga, mudando por completo o escopo do projeto inicial. As empresas privadas, obviamente, só escolherão regiões com alto poder aquisitivo. Não iluminarão áreas de baixa renda ou de baixa densidade demográfica, como é o caso da Amazônia.

Há também uma suspeição sobre o valor mensal que o governo quer definir como referência para a comercialização, no atacado, da capacidade do satélite – 150 dólares o Mbps enquanto o valor no mercado internacional é de 500 dólares, trazendo enorme prejuízo à Telebrás.

Não haverá nenhum compromisso para resolver o problema da exclusão digital, serviços de governo. O próprio Gesac (programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) não será transferido para o novo satélite brasileiro.

Portanto, é mais um crime de lesa-pátria elaborado e posto em movimento pelas forças empresariais externas e internas que apoiaram o golpe e cobram a peso de ouro o seu pagamento. Querem fazer tudo rapidamente, transferindo todo esse investimento público para a iniciativa privada, numa clara ilegalidade e inconstitucionalidade em relação aos objetivos públicos, nacionais, populares e democráticos.

20/02/2017 - CUT

Para trabalhadores, não é ‘reforma’ da Previdência. É fim

Especialistas alertam que PEC 287 deve inviabilizar aposentadorias

Conhecido por apresentar em 2013 um relatório francamente favorável à ampliação da terceirização, o deputado Arthur Maia – na época no SD, hoje no PPS baiano – espera divulgar em meados de março seu parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, de reforma da Previdência Social. O plano de trabalho na comissão especial foi apresentado em 14 de fevereiro, e prevê oito audiências públicas e seminário internacional.

A guerra começou, como diz o economista Eduardo Fagnani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “O que está em jogo no Brasil não é um ajuste fiscal, é uma mudança no modelo de sociedade”, afirmou, durante evento organizado pelo Dieese e por nove centrais sindicais, que tentam unir forças para derrubar (como defendem alguns) ou modificar (como tentam outros) a PEC 287. Em comum, todos refutam o argumento central do governo Temer, que fala em necessidade de “reforma” para manter o sistema viável.

Argumentos sempre usados de “déficit” ou “rombo” da Previdência são falsos, diz Fagnani. “O déficit é a parte do governo que, embora prevista na Constituição, não é contabilizada”, afirma. “Não há argumento para dizer que o problema fiscal brasileiro é a Previdência. A estratégia do ajuste fiscal é comprimir o gasto primário.” Já o gasto financeiro, acrescenta, “deixa explodir”.

Para a oposição no Congresso, a PEC tem o sistema financeiro como interessado direto. Assim que Maia foi escolhido como relator, emergiu a informação de que o deputado recebeu contribuições, em sua campanha eleitoral, de bancos e seguradoras – apenas da Bradesco Vida e Previdência, foram quase R\$ 300 mil, em 2014. Para o parlamentar, isso nada mais é que uma “ilação maldosa”.

O presidente da comissão especial, Carlos Marun (PMDB-MS), deve conduzir a tramitação da PEC 287 conforme deseja o Planalto sem temer pressões contrárias. Marun já mostrou resistência ao defender, quase solitariamente, o agora ex-deputado Eduardo Cunha antes de sua cassação. “Quem defende Cunha, defende qualquer coisa”, diz um observador.

Ou seja: para combater a PEC, será preciso muita unidade e capacidade de articulação e pressão, diante de um Congresso francamente alinhado ao governo e às reformas, incluindo a trabalhista. Para o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, trata-se de desafio semelhante ao do período pré-Constituinte, em meados dos anos 1980. Ele avalia que o movimento sindical precisa se organizar para evitar “um dos maiores desmontes institucionais e sociais da história”. E as centrais não são contra mudanças, acrescenta, tanto que apresentaram várias propostas em negociações com a equipe de Michel Temer. “O projeto que está aí não nos representa. Queremos uma reforma que dê proteção universal aos trabalhadores, eficaz na cobrança, com sonegação zero, universal e sustentável.”

Protestos

As centrais mandarão representantes a Brasília no dia 21, para conversar com os presidentes da Câmara e do Senado, líderes partidários e com o comando da comissão especial da reforma da Previdência (e também da trabalhista). Em 15 de março, acompanhando uma data já aprovada pelos trabalhadores em educação, haverá um dia nacional de protestos e paralisações contra a 287.

Em meados de janeiro, o Dieese divulgou nota técnica com restrições severas ao projeto do governo, cuja premissa básica é dificultar ou impedir o acesso a benefícios – e reduzir o valor para quem conseguir recebê-los. Tornaria a aposentadoria integral uma “utopia” e, em uma análise mais geral, “favorece o aumento da vulnerabilidade social, da pobreza e das desigualdades no país”. O instituto também identifica favorecimento: “Transparece ainda na proposta um objetivo implícito de fragilizar a



Previdência Social e estimular a difusão de sistemas privados de previdência”.

Para obter a aposentadoria integral, pelas regras propostas na PEC, um trabalhador precisaria contribuir durante 49 anos, uma façanha se considerados fatores como rotatividade e informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Com base em dados de 2014 da própria Previdência, segundo os quais cada trabalhador pagou em média 9,1 contribuições naquele ano, o tempo aumenta consideravelmente: “Seria necessário esperar 64,6 anos, depois de iniciar a vida laboral, para completar o correspondente a 49 anos de contribuições”.

Suposição irrealista

O instituto destaca que a exposição de motivos da PEC não traz explicação sobre a proposta de mudança do cálculo do benefício. “Tudo indica que o raciocínio utilizado foi: subtrair a idade legal de início de trabalho no Brasil (16 anos) da idade mínima de aposentadoria proposta (65 anos) e fazer com que ao resultado dessa diferença (49 anos) corresponda à aposentadoria integral”, analisa. “A suposição, totalmente irrealista para a realidade brasileira, é que a pessoa trabalhadora contribuiu todos os meses, ininterruptamente, no período entre os 16 e os 65 anos, sem nunca ter ficado desempregada, inativa do ponto de vista econômico, na informalidade (isto é, como autônoma sem contribuição previdenciária) ou na ilegalidade (contratada sem carteira). A suposição do início do período contributivo aos 16 anos também desconsidera o princípio de que, nessa idade, a pessoa ainda deveria estar em processo de escolarização e de formação para o trabalho.”

Mais informações da própria Previdência mostram potencial excludente da proposta governista. Segundo divulgou o jornal Folha de S.Paulo na edição de 12 de fevereiro, 79% das aposentadorias por idade concedidas em 2015 foram para trabalhadores com menos de 25 anos de contribuição, que pela PEC passa a ser o tempo mínimo exigido – o atual é de 15 anos.

Recortes por grupos sociais também atestam que alguns setores sofrerão ainda mais caso as mudanças sejam implementadas. Estudo elaborado por um grupo de trabalho no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta consequências negativas para as mulheres. “Estimamos que cerca de 47% das atuais contribuintes não conseguirão se aposentar, em geral as mais precarizadas, aumentando fortemente a demanda por BPC (benefício de prestação continuada)”, diz o estudo. “Eles sabem disso. Por isso mesmo, estão desvinculando o BPC do salário mínimo”, diz a pesquisadora Joana Mostafa, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Para ela, a PEC 287 representa “redução do Estado na proteção social”.

Estabelecer a mesma idade para homens e mulheres na concessão da aposentadoria, como quer o governo, significa uma “mudança radical”, dizem os pesquisadores. “A diferença de idades para homens e mulheres reconhece um maior risco da mulher de se ausentar ou participar menos do mercado de trabalho por força da divisão sexual do trabalho ainda desigual.”

Segundo Joana, que participou do seminário do Dieese, apesar de alguma melhoria nos últimos anos, a desigualdade persiste: com salário equivalente a 70% do recebido pelos homens, as mulheres ainda têm jornada semanal, em média, de oito horas a mais. Em um período de 25 anos de contribuição, isso corresponderia a um acréscimo de 4,5 anos. Ou mais, considerando a informação de que o trabalhador, em média, contribui nove a cada 12 meses – o período aumentaria para 5,4 anos.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/para-trabalhadores-nao-e-reforma-da-previdencia-e-fim-2015/>



20/02/2017 - Instituto Telecom

MCTIC convoca entidades para indicações ao Conselho Consultivo da Anatel

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações publicou editais, nesta segunda-feira, 20, abrindo prazo para que entidades ligadas a usuários de serviços de telecomunicações e entidades de classe ligadas às empresas e representativas da sociedade para que indiquem nomes para compor o Conselho Consultivo da Anatel. O órgão funcionava com sete dos 12 integrantes e, desde sexta-feira passada, mais quatro tiveram o mandato concluído, ficando apenas três integrantes.

O Conselho Consultivo tem se reunido pouco, uma vez que, em função da restrição orçamentária da agência, não sobra verba para pagar as passagens dos integrantes para os debates presenciais em Brasília. No ano passado, por exemplo, foram realizados apenas três reuniões, sendo a última em setembro. Porém, este ano, o fórum terá um papel importante, já vez que precisa opinar sobre mudanças

no Plano Geral de Outorgas (PGO), que está em consulta pública e é fundamental para alterar as regras no setor de telecomunicações, decorrentes da aprovação do Projeto de Lei da Câmara 79/2017, que tramita no Senado.

O MCTIC dá prazo de 30 dias para que as entidades indiquem listas com três nomes para que sejam selecionados cinco integrantes do conselho. Outros quatro precisam ser indicados diretamente pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, em número de dois, cada.

O Executivo também tem duas vagas, que estão preenchidas. Mas os dois integrantes foram indicados pelo governo passado. Para aprovação de qualquer matéria, são necessários no mínimo seis votos.

Teles antecipam para maio oferta de 4G na 700 MHz em Brasília

As operadoras de celular vão ocupar antes do tempo a frequência de 700 MHz que estava destinada para as emissoras de TV. O Gired (grupo que decide sobre a transição da TV analógica para a digital) aprovou hoje, 20, a antecipação da ocupação dessa frequência pelas operadoras de celular para a capital da República.

Conforme as regras da transição da TV analógica, as operadoras de celular só poderiam começar a providenciar as medidas para ocupar o espectro de 700 MHz nove meses depois que fosse concluído o desligamento das emissoras de TV. No Distrito Federal e entorno o desligamento dos canais ocorreu em 17 de novembro.

Segundo o presidente da EAD (Seja Digital), Antonio Carlos Marteletto, dentro de duas semanas conclui-se o remanejamento dos dois últimos canais de TV para o sinal digital. Logo depois, a Seja Digital começa a implementar as medidas preventivas para evitar interferência do sinal do celular nas transmissões digitais da TV.

Mateletto disse que já foram distribuídos

para todos os condomínios que têm antenas coletivas em Brasília filtros a serem colocadas nessas antenas. Foram escolhidas essas edificações porque as antenas coletivas amplificam os sinais, aumentando o risco de interferência. "São medidas preventivas de mitigação", ressaltou.

Com a instalação desses filtros, Brasília fica liberada a receber o sinal celular na frequência que antes era ocupada pelas emissoras de TVs. As operadoras têm pressa, não só porque já pagaram por esse pedaço de espectro, mas também porque o custo da ocupação da faixa de 700 MHz é bem menor do que o da faixa de 2,5 GHz, que hoje é única disponível para a oferta de 4G.

20/02/2017 - CUT

Lula ataca desmonte da Previdência

Em vídeo, ex-presidente critica reforma proposta por Michel Temer. "Somente um governo eleito pelo povo terá legitimidade para fazer esse debate"

Na manhã desta segunda-feira (20), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgou um vídeo criticando a Reforma da Previdência proposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Para o petista, a medida, se aprovada, trará graves prejuízos para a classe trabalhadora.

"Com crescimento econômico e mais pessoas contribuindo, você garante os recursos para pagar os aposentados e pensionistas. E aí você pode e deve discutir novas regras para o futuro, como nós já fizemos, sem mexer nos direitos de

quem já está trabalhando", afirma Lula.

O ex-presidente lamentou que "um tema importante demais", seja "debatido sem um profundo debate com a sociedade". No final, Lula critica a origem antidemocrática do governo comandado por Michel Temer.

"Somente um governo eleito pelo povo terá legitimidade para fazer esse debate, e garantir o sagrado direito da aposentadoria", afirma Lula. Confira a íntegra do vídeo divulgado pelo ex-presidente.

20/02/2017 - CUT

Contra a Reforma da Previdência, CUT convoca mobilização no Dia da Mulher

Em vídeo, Vagner Freitas convoca sociedade a reagir contra a Reforma da Previdência do governo ilegítimo. "Não existe Reforma da Previdência, existe o fim da Previdência"

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vagner Freitas, convoca os trabalhadores e trabalhadoras para participarem da mobilização no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, contra a Reforma da Previdência.

No vídeo, Vagner alerta que o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) deseja acabar com o direito à aposentadoria e aponta para a mobilização como única

forma de barrar isso. "Só tem um jeito de superarmos essa crise, é ocupar as ruas, as praças para impedir que o governo impeça você de se aposentar".

De acordo com o dirigente, as mulheres, os rurais e as professoras serão as mais prejudicadas. "Não existe Reforma da Previdência, existe o fim da Previdência", reafirma Vagner.

20 de fevereiro de 2017 - Vermelho

Perseguem Lula há anos, mas cadê as provas?, indaga Memberti em vídeo

Por meio das redes sociais, o ator Sérgio Memberti publicou um vídeo em que resgata as conquistas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e questiona a perseguição judicial que vem sendo cometida contra o ex-presidente.

"Usam a Polícia Federal e o Ministério Público, que o Lula tanto fortaleceu, para persegui-lo por preconceito, ódio de classe e interesses econômicos", enfatiza o ator. "Investigam e perseguem Lula há anos. Mas cadê as provas? Onde estão as provas contra Lula? Cadê, cadê as provas?", indaga o ator.

Ele afirma que o principal objetivo de toda essa perseguição é impedir a sua volta ao poder. "Lula não entregaria o pré-sal, não acabaria com as aposentadorias, não reduziria o salário mínimo", frisa. "Eles sabem que, nas urnas, jamais ganhariam de Lula com essas medidas que pretendem enfiar goela abaixo do Brasil."

Assista ao vídeo:

https://www.youtube.com/watch?v=VN6JLhZ_BFc

20/02/2017 - Vermelho

Reforma da Previdência deve aumentar exército de excluídos do sistema

As atuais regras de acesso aos benefícios do sistema previdenciário brasileiro parecem um oásis diante da proposta de reforma da Previdência apresentada por Michel Temer. A reforma tramita no Congresso Nacional através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287 e se caracteriza por dificultar o acesso à aposentadoria.

Em um momento de recessão e desemprego, os termos da reforma de Temer provocam espanto até em aliados. Reportagem da Folha de S. Paulo desta segunda-feira (20) constata que a reforma do atual presidente coloca o Brasil entre os países do mundo que têm as regras mais rigorosas de acesso à aposentadoria.

O diretor técnico do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz, afirmou que o atual sistema tem desafios a superar mas que não são nos moldes da proposta apresentada por Michel Temer.

"Do jeito que a proposta veio ela tem um grande objetivo, que é gastar menos com Previdência e aí se construiu uma proposta para que reduza seu custo para o governo. Acho que uma reforma orientada por esse objetivo não tem os mesmos objetivos da proteção universal e garantia de renda para as famílias", opinou Clemente.

Para ele, a rigidez das regras vai agravar a exclusão que existe. "Não é um sistema que funciona de maneira justa e igualitária. Primeiro porque temos um contingente grande, mais de 9 milhões de pessoas em idade de se aposentar, mas que não têm direito porque não têm o tempo de contribuição e também não estão em condições de miserabilidade que lhes permita receber pela assistência. Estão em um limbo", exemplificou Clemente.

Fim da aposentadoria

Dados da Previdência Social de 2014 mostram que 79% das aposentadorias concedidas em 2015 foi para trabalhadores com menos de 20 anos de contribuição. Pelo projeto de Temer, para receber 85% do benefício homens e mulheres têm que ter contribuído por 25 anos e ter no mínimo 65 anos. Para o benefício integral são 49 anos de contribuição.



O diretor de políticas sociais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Rogério Nunes, afirmou que a reforma penaliza mais ainda certos segmentos de trabalhadores. "O trabalhador do setor braçal no Brasil quando chega aos 30 anos o corpo não aguenta mais. É contribuir para não receber", enfatizou.

Na opinião do dirigente da CTB, as exigências são gritantes e têm por objetivo enfraquecer a previdência pública. "Querem transformar o que começou como uma iniciativa dos trabalhadores em previdência privada, nos moldes do Chile. É um grande negócio para o setor financeiro visto que quem contribuiu dificilmente vai receber o benefício. É um investimento que dá lucro e sem

risco para o segmento financeiro", denunciou Rogério.

Mobilização das centrais

Segundo ele, o papel das centrais é fundamental para combater a campanha feita pelo governo e pelos meios de comunicação sobre a necessidade desse tipo de reforma. "Estão espalhando mais uma vez o medo entre a população de que a Previdência quebrou, sobre fazer sacrifícios hoje. O sacrifício que eles não falam é o de não se aposentar."

A agenda unificada das centrais recomeçou nesta segunda-feira (20) como protestos em aeroportos para pressionar os parlamentares a rejeitarem a PEC 287. A previsão para esta terça-feira (21) é que os dirigentes das centrais se reúnam com os presidentes da Câmara e do Senado para tratar da tramitação das reformas da Previdência e Trabalhista.

Clemente também reforçou o papel das centrais em fazer o contraponto ao discurso pró-reforma do Executivo. "As centrais precisam mostrar o quanto esta matéria não está pacificada. Um olhar mais geral sobre a proposta mostra que retarda e restringe o acesso e arrocha o valor do benefício. A sociedade, que é beneficiária, deve mostrar a contrariedade. Tem que pressionar os parlamentares e que eles percebam para apresentarem alternativas."